

Missões recebem apoio de Ismarth

Da Sucursal de
BRASILIA

O presidente da Funai, general Ismarth de Araujo Oliveira, disse ontem em Brasília que a Fundação apóia a proposta do senador Franco Montoro, do MDB de São Paulo, de alterar o Estatuto do Índio, voltando a reconhecer o trabalho das missões religiosas junto às comunidades indígenas. O projeto do Estatuto do Índio que tramitou no Congresso durante o governo Médici abordava a ação missionária, mas o artigo que tratava do assunto foi vetado pela Presidência da República.

"Considero justo que o trabalho das missões seja reconhecido — afirmou o general — mas acho importante que seja feita uma ressalva no sentido de que caberá à Funai supervisionar todas as atividades junto às comunidades tribais".

Disse o general que a Funai não se opõe a presença dos padres junto aos índios, e anunciou que o órgão está estudando a realização de convênios com várias missões para a implantação de programas de desenvolvimento sócio-econômico. "Acho importante — frisou — que as missões prestem assistência aos índios em muitas comunidades. Em algumas áreas elas têm melhores condições do que a Funai para este trabalho. Além de uma infraestrutura sólida, elas estão instaladas nas áreas, como é o caso do Alto Rio Negro, há mais de 50 anos, tendo profundo conhecimento das costumes e hábitos tribais".

O general manifestou-se contra os métodos tradicionais de catequese, mas salientou que as missões, especialmente as cató-

licas, estão modificando sua pastoral indígena". Ao invés de se compenhamem na cristianização dos índios, elas passaram a respeitar sua cultura e valores religiosos e estão dando prioridade ao trabalho de assistência a essas comunidades".

— Ontem, ainda, o general anunciou que a Funai está elaborando um plano trienal de ação integrada, através de um grupo de técnicos de vários setores, visando ao levantamento de todas as necessidades físicas e humanas do órgão. A medida destina-se a ordenar as atividades do órgão em todo o território nacional. O novo plano já será baseado na nova filosofia do órgão, de trabalhar por meio de projetos sócio-econômicos específicos para cada área indígena.